



**Eixo Temático: GT2 – O Papel das Políticas Públicas na Gestão do Território**

**População em situação de rua, segregação socioespacial e interseccionalidade na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ**

*Street Population, socio-spatial segregation and intersectionality in the city of Campos dos Goytacazes/RJ*

*Personas sin hogar, segregación socioespacial e interseccionalidad en la ciudad de Campos dos Goytacazes/RJ*

Pollyanna de Souza  
Nívea Maria dos Santos

## RESUMO

O presente trabalho discute população em situação de rua, segregação socioespacial e interseccionalidade na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, evidenciando a questão social que atravessa a vida de quem reside nas ruas, sobretudo as mulheres. Utilizamos uma pesquisa bibliográfica, tangenciando teoricamente os eixos de análise, intercalando uma pesquisa documental, com dados do I Censo sobre População em Situação de Rua (BRASIL, 2009). Debates sobre pensar nos moradores em situação de rua é elencar os sujeitos mais vulneráveis e segregados: as mulheres negras e pardas, já que elas refletem as marcas de uma sociabilidade amplamente desigual, acompanhada por opressões seculares enraizadas no cerne da formação social brasileira. Opinamos que a situação de Campos expressa que a expansão da malha urbana e dos investimentos têm ocasionado o recebimento de novos “hóspedes”, que não conseguem ser absorvidos pela economia e acabam ficando em uma situação de “sobrantes” e integrando a miséria, o conjunto de segregações, o exército de reserva, bem como, as fileiras dos equipamentos socioassistenciais do município, o que requer políticas sociais universalizantes para o atendimento das demandas sociais e o acesso à cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** População em situação de rua; Segregação socioespacial; Interseccionalidade.

## SUMMARY

*This work debates the street population, socio-spatial segregation and intersectionality in the city of Campos dos Goytacazes/RJ, highlighting the social issue that crosses the lives of those who live on the streets, especially the women. We utilized bibliographical research, theoretically touching on the axes of analysis, interspersed with documentary research, with data from the First Census on Street Population (BRASIL, 2009). We agree that to think of street people is to list the most vulnerable and segregated subjects: black and brown women, since they reflect the marks of a largely unequal sociability, accompanied by centuries-old oppressions rooted in the core of Brazilian social formation. We opined that the situation in Campos expresses the fact that the expansion of the urban fabric and investments have led to the arrival of new "guests", who are unable to be absorbed by the economy and end up in a situation of "leftovers", integrating poverty, segregation, the reserve army, as well as the ranks of the municipality's social assistance facilities, which requires universalizing social policies to meet social demands and access to the city.*

**KEYWORDS:** Street Population; Socia-Spatial Segregation; Intersectionality.

## 1 INTRODUÇÃO

Tecemos considerações sobre população em situação de rua, segregação e interseccionalidade, relacionando a cidade de Campos dos Goytacazes/RJ como cenário. Consideramos que estamos tratando de um grupo empobrecido que faz parte da “questão social”<sup>1</sup> no nosso país, e que por vezes é naturalizado, moralizado e responsabilizado pelos órgãos públicos<sup>2</sup>, o que aprofunda ainda mais o processo de segregação socioespacial, sobretudo para

---

<sup>1</sup> Se refere as desigualdades sociais decorrentes da pauperização e acumulação capitalista, além de lembrar as lutas sociais dos trabalhadores (Cf: IAMAMOTO, 2008).

<sup>2</sup> Temos, por exemplo, a violência urbana praticada pela polícia, seguranças e guardas.

as mulheres. A segregação é um produto, como afirma Caldeira (2000), do desrespeito aos direitos de cidadania, do medo da violência e das transformações urbanas recentes, que têm apartado fisicamente e simbolicamente a população, ante preconceitos e discriminações.

Campos/RJ, como é chamada, é uma cidade com altos índices de pobreza, desigualdades e violências contra a população mais vulnerável, a que integra os bolsões da miséria e, conseqüentemente, as fileiras dos equipamentos de benefícios socioassistenciais; a que está circunscrita em um desemprego estrutural que não tem fim por causa da acumulação capitalista; a que se encontra em trabalhos precarizados, não-remunerados e do “cuidado” (as mulheres), sem nenhum tipo de regulamentação pelo poder público e privado; a que se encontra nas periferias urbanas, com pouca ou quase nenhuma proteção no que toca aos equipamentos públicos e a infraestrutura. Enfim, desde a exploração da cidade, observamos que os verdadeiros herdeiros da terra foram dizimados: os indígenas goitacás e, atualmente, os trabalhadores negros são os mais penalizados pelo circuito de reprodução das relações sociais e produção social que acontece nas cidades.

Elencaremos um ponto de análise que é o da perspectiva interseccional, associando os marcadores de gênero, raça e classe, para entender os determinantes que se encontram na cidade, sobretudo na opressão e exploração de mulheres, pardas, negras e empobrecidas. A complexidade da segregação socioespacial não afeta apenas a separação física e simbólica entre cidade e sujeitos sociais, mas interfere na própria identidade desses sujeitos. Quem eles são? Como eles vivem? Decerto que ser mulher no capitalismo contemporâneo é enfrentar ainda processos que envolvem a lógica patriarcal e machista, produtos da constituição do capitalismo em sua acumulação primitiva.

Para não esquecer de manifestar, a população em situação de rua é o conjunto de sujeitos diversos e que possuem demandas específicas e/ou similares. É um grupo com características multidimensionais.

O primeiro aspecto são suas múltiplas determinações. A literatura corrente sobre o tema traz como um dos poucos consensos neste debate o reconhecimento da multiplicidade de fatores que conduzem à situação de rua. Fala-se em fatores *estruturais* (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.), fatores *biográficos*, ligados a história de vida de cada indivíduo (rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo freqüente de álcool e outras

drogas, infortúnios pessoais – mortes de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem, etc.) e, ainda, em *atos da natureza ou desastres de massas* - terremotos, inundações etc. Os fatores mais enfatizados pela literatura contemporânea são as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso freqüente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às situações de desabrigo.<sup>73</sup> Certo é que o fenômeno não se explica a partir de um único determinante. Entretanto, existem fatores que se destacam no conjunto dessas determinações. Podem ser fatores típicos de determinadas localidades ou épocas específicas. Mas, as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se a estrutura da sociedade capitalista, sua produção e reprodução vinculam-se aos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo [...] (SILVA, 2006, p. 82, *grifos nossos*).

Além disso, Brasil (2009) desmitifica a tendência de se associar os moradores em situação de rua a mendigos ou pedintes, pois 70% deles são trabalhadores. Silva (2006) expõe que os fatores estruturais são acontecimentos na vida dos moradores, tendo em vista que muitos perdem casas e/ou empregos. Na visão do senso comum, existem “[...] diversas denominações, pejorativamente utilizadas pela sociedade para designá-las, são exemplos do preconceito social existente: “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores”, “vadios”, “loucos” [...]” (SILVA, 2006, p. 92). Daí que devemos refletir sobre a necessidade de políticas sociais e públicas serem ofertadas pelo Estado, na garantia e promoção dos direitos dos grupos mais empobrecidos e precarizados da sociedade, possibilitando a sua reinserção na sociedade, por meio do trabalho, da saúde, da educação, da cultura, do lazer, entre outras questões afins.

Para dar conta do nosso objetivo, utilizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. A bibliográfica será alinhada aos pensamentos de Caldeira (2000), Cruz (2003), Faria (2008), Crenshaw (1989), entre outros pesquisadores. A pesquisa documental será desenhada pelos pensamentos e dados de Brasil (2009) – Primeira Pesquisa Nacional e Censo sobre População em Situação de Rua -, e Carvalho e Silva (2021) – Relatório Técnico da Prefeitura de Campos dos Goytacazes sobre População em Situação de Rua (2018-2019).

No mais, o estudo está estruturado em duas dimensões. A primeira (População em situação de rua e o processo de segregação socioespacial) manifesta inicialmente as marcas da cidade de Campos e da opressão relacionada ao mundo feminino, elencando as transformações socioespaciais

que culminaram em novos processos de segregação socioespacial, onde os moradores em situação de rua são os mais violados. O segundo item (A questão interseccional nas ruas) se propõe a pensar teoricamente no pilar da sociedade brasileira (gênero, raça e classe), evidenciando as explorações vivenciadas por mulheres em situação de rua.

## **2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Campos dos Goytacazes é um município de médio-porte localizado na mesorregião Norte Fluminense, do estado do Rio de Janeiro. Atualmente conta com uma população de mais de 483 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022)<sup>3</sup>. Como várias cidades brasileiras, especialmente as que se localizam na supracitada mesorregião, Campos herdou marcas de uma economia alicerçada na pecuária e na agricultura (LIMA, 1981), sendo a cana de açúcar uma mercadoria que movimentou e dinamizou as atividades produtivas. Uma marca registrada da cidade é, também, o contexto de genocídio indígena, escravidão e tardia abolição. Segundo Ferro e Oliveira (2018), a utilização da mão de obra negra no cultivo, na lavoura, no campo, nas fazendas, é um fator notório na cidade. As mulheres, segundo Lamego (1945), tinham os afazeres domésticos, dos artesanatos, da lavoura, ou seja, trabalhos subalternizados, que expunham as desigualdades sociais ocasionadas pelo sistema capitalista que se implantou no solo campista, além da alta taxa de analfabetismo.

Na verdade, as desigualdades e explorações na cidade têm marcadores associados à opressão feminina, especialmente se considerarmos que as mulheres ainda ocupam a base da pirâmide social, e que estão na extrema pobreza, dedicando-se há mais de 12 bilhões de hora ao trabalho do cuidado (OXFAM BRASIL, 2020). Portanto, é um trabalho feminino não remunerado e depreciado pelo ponto de vista machista e patriarcal. No estudo de Federici (2017), remonta-se a um passado de sofrimento e dor em relação ao gênero feminino, em que diversas mulheres, sob a perspectiva de “bruxas”, foram

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama> . Acesso em: 13 out. 2023.

exterminadas por homens, de cor branca, vulgo “colonizadores” e “caçadores de bruxas”. Certamente, na visão da autora, concordamos que era uma prática deliberada de extirpar os corpos e resistências femininas.

Em Campos/RJ, conseguimos perceber que as pessoas que continuam ingressando as fileiras da pobreza relacionados aos serviços socioassistenciais são as mulheres, principalmente as negras e sem escolaridade completa. Para Carvalho e Azeredo (2022, p. 223), no exame das características das famílias empobrecidas da cidade, em uma pesquisa realizada, foi constatada “[...] baixa escolaridade [...] desemprego e subemprego, marcadas pelo cruzamento das condições de classe e raça, as quais lhe conferem baixa escolaridade e, conseqüentemente, baixa qualificação para inte-gração no mercado de trabalho”.

O desenvolvimento de Campos e o processo de segregação socioespacial intensificaram-se com o início do capitalismo na cidade. Defende Faria (2008) que o desenvolvimento da indústria, no último quartel do século 19, fez emergir uma nova realidade socioeconômica e política, que se vinculou a entrada do modo de produção capitalista. Com tal processo, houve a emigração de pessoas da zona rural para a cidade, provocando conseqüências para o espaço urbano. Além da competição entre a produção industrial de açúcar e a pequena produção, os grupos que constituíram a cidade eram formados por comerciantes, investidores, industriais, profissionais liberais, intelectuais e funcionários da área pública, bem como de empresas e bancos. Isso alterou a vida e o cotidiano dos moradores da cidade, haja vista as mudanças técnicas e de novas instalações.

No final da abolição, como já é sabido que Campos foi uma das cidades brasileiras a realizar tardiamente tal processo, o negro liberto tornou-se “sumária e abruptamente, senhor de si mesmo e por isso, responsável por sua pessoa e por seus dependentes” (FERNANDES, 2008, p. 29). A isso somamos as mulheres negras libertas que passaram a integrar o maior contingente populacional da cidade que habita as periferias urbanas e que tecem relações de lideranças em casos de remoções forçadas, como é a situação da Favela da Margem da Linha (CF: CARVALHO, 2019; CARVALHO, 2023). Estudo de Zibechi (2015) demonstra que na América Latina, as mulheres-mães têm uma profunda participação nas disputas, negociações e lutas sociais por direitos,

especialmente nos movimentos sociais.

Como mencionamos as periferias urbanas da cidade, elas se formaram na cidade a partir do ano de 1950, quando diversos trabalhadores, descendentes de pessoas negras, foram contratadas nos serviços envoltos das mudanças produtivas na região, conforme estudos de Cruz (1992). Cabe ressaltar, ainda, que a zona rural foi perdendo habitantes, já que eles começaram a se deslocar para a área urbana, gravemente comprometida com precários serviços urbanos que pudessem atender as famílias.

A moradia na cidade “desobriga” os usineiros e fornecedores dos custos de reprodução da força de trabalho referentes à moradia e aos serviços e equipamentos coletivos (assistência à saúde, educação, área de terra para cultivo de subsistência, e outros), transferindo-os, em parte, para o Estado, a quem cabe os gastos com a urbanização e algumas economias externas, e, em parte, para o próprio trabalhador, ao mesmo tempo em que a mediação do empregador os “livra” dos custos relacionados ao vínculo empregatício (...). Em contrapartida, o trabalhador está livre para vender sua força de trabalho para quem quiser, ou mesmo trabalhar “por conta própria”. A “urbanização” do mercado de trabalho, nos moldes em que se deu em Campos, introduz o trabalhador num universo de instabilidade, insegurança e desamparo, em termos das oportunidades de emprego, do regime de trabalho e dos benefícios legais, por um lado, e por outro, do acesso à infraestrutura da urbanização e ao consumo dos equipamentos de consumo coletivos, uma vez que nem os empresários privados nem o Estado vêm arcando com o provimento desses direitos (CRUZ, 1992, p. 163).

Nesse contexto, a condição de vida dos campistas não se alterou muito com o advento do novo perfil econômico na região. No ano de 1980, a indústria sucroalcooleira entrou em falência e em meio disso na década anterior, segundo Cruz (2003), a região recebeu grandes projetos econômicos nacionais – a implementação do Proalcool e a extração do petróleo da Bacia de Campos. Isso desencadeou elevados recursos em dinheiro e capital fixo na região. Os municípios, desde então, recebem rendas petrolíferas em relação aos royalties e participações especiais. Contudo, percebe-se que ainda a região possui um destaque por causa dos índices de indigência, pobreza, desigualdades, desemprego e subemprego.

Outra dimensão da cidade é a profusão de investimentos privados e públicos em determinados lugares estratégicos para a acumulação capitalista. Conforme Alvarenga e Siqueira (2019), apesar de Campos ter um dos maiores PIB's (Produto Interno Bruto) nacionais, a região ainda é desenhada por profundos contrastes no tocante às desigualdades na paisagem urbana. Dessa

forma, a escolha da localização para a implantação do centro urbano teve como pilar o rio que cortava a região, desejando terras mais férteis e o uso das águas do Rio Paraíba do Sul como forma de escoamento da produção. Acrescentamos que a locação do centro urbano no lado direito se deve também a maior estabilidade das terras (ALVARENGA; SIQUEIRA, 2019). Daí associamos que a região possui “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), que aprofundam ainda mais o processo de segregação socioespacial entre os indivíduos, especialmente se considerarmos os conjuntos de investimentos relacionados aos Shoppings, condomínios de luxo e lugares comerciais.

Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os 'marginais', os sem-teto. Por serem espaço fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público (CALDEIRA, 2000, p.11-12).

Assim, para Carvalho e Azeredo (2022), as décadas se passaram, novas mudanças sociais foram implementadas, mas o público vulnerável da cidade continua desempenhando trabalhos informais, quando não estão introduzidos no desemprego ou realizando “bicos” para sobreviver. Suas famílias são, por vezes, numerosas, o que amplia ainda mais as dificuldades e demandas sociais. Percebe-se que precarizadas em suas condições de vida e trabalho, tais sujeitos sociais recorrem aos programas, benefícios e serviços socioassistenciais, como o Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família) e o Benefício de Prestação Continuada.

Ainda para tais autoras, a segregação socioespacial reflete a condição de que no imaginário social se tem que esses sujeitos são “preguiçosos”, “vagabundos” e “indolentes”. Logo, observamos que não existe para com seus itinerários o reconhecimento do lugar de classe-raça-gênero (pilar da sociedade brasileira desigual e hierarquizada) e nem a análise dos efeitos provocados pelas contrarreformas do Estado (CARVALHO; AZEREDO, 2022).

Figura 1 - Motivos e razões para ida à rua



Fonte: BRASIL, 2009.

Observamos por meio da Figura 1, que os indicadores que mais se relacionam à moradia nas ruas no Brasil são o alcoolismo e drogas (35,5%), o desemprego (29,8%) e os conflitos familiares (29,1%). O desemprego é um fator constituinte da realidade brasileira, que perpassa diversos municípios, como a cidade de Campos. Concordamos que após o declínio da produção em grande escala do açúcar, a cadeia petrolífera começou a chamar a atenção dos trabalhadores de outras cidades adjacentes à Campos, o que culminou na constituição de parcelas miseráveis no solo campista, formando o exército de reserva e os novos precarizados urbanos.

A questão é que os indicadores centrais, os três maiores – álcool, desemprego e conflitos -, devem requerer uma atenção diferenciada pelos órgãos públicos, especialmente pelo Estado, em seu caráter protetivo. As políticas sociais e públicas devem ser canais de democratização dos serviços e dos benefícios para a população mais vulnerável, já que tratamos de diversos conflitos que permeiam suas rotinas, como é a situação de estar, viver e residir nas ruas.

Está-se tratando do convívio conflituoso de formas de pensar diversas bem como das ofensas, da presença de desigualdade, do desrespeito à equidade e das violações das integridades física e psíquica. São os riscos que surgem das relações e que levam, como já indicado, à apartação, ao isolamento, ao abandono, à exclusão. Ainda podem ser

incluídos os riscos relacionados à violência física e sexual nas formas de convívio (SPOSATI, 2009, p. 29).

Figura 2 - Motivos relacionados à moradia nas ruas em Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. Vigilância Socioassistencial. Relatório Técnico População em Situação de Rua. Referência: 2018/2019 *apud* CARVALHO; SILVA, 2021, p. 704).

Conforme Carvalho e Silva (2021), em Campos, nos anos de 2018 e 2019, de 131 pessoas abordadas, 50% nunca tiveram carteira de trabalho assinada e 26% afirmaram ter carteira assinada em algum momento de suas vidas. Sobre as ocupações, 29% eram da construção civil; 19% dos serviços gerais; 10% ambulantes e 9% vigias de carro. Contudo, os moradores em situação de rua desejam um trabalho remunerado seguro e protegido, em cerca de 73%. Outro marcador que intensifica as desigualdades e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, é a formação escolar, já que 73% informaram terem concluído apenas o ensino fundamental.

Junto a isso, confirmamos que os moradores em situação de rua, conforme Brasil (2009) são da cor parda (39,1%), homens (82%) e em idade economicamente ativa. Isso se confirma também nos Censos produzidos pela cidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 2020; 2023). Queremos ressaltar que concatenar o itinerário de moradias nas ruas com a segregação socioespacial é compreender que o processo de expropriação do trabalhador não se findou apenas no século XVI, como estudou Marx (s.a). Contudo, percebemos que além

da falta da moradia (terra), há uma dissociação de seus vínculos com o mundo do trabalho e dos direitos sociais, o que Mota (2017) chama atenção para as “expropriações contemporâneas”. Junto a elas, existe a lógica do machismo, do racismo, da misoginia, dos preconceitos e julgamentos discriminatórios contra moradores em situação de rua. O racismo é uma marca fundante de suas vidas, que quando associado ao machismo, percebemos que o homem pardo e negro é o mais responsabilizado pelas consequências da colonização e pseudo-abolição. É notório a falta de oportunidades em seus cotidianos, mesmo após da implementação da Lei Áurea, no ano de 1888.

Não obstante, as mulheres que estão em situação de rua, desprovidas de cuidados, são oprimidas pelo simples fato de serem do gênero feminino. São violentadas fisicamente, sexualmente, psicologicamente. Podem ter gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e diversos traumas. Além disso, são as mais culpabilizadas por estarem com crianças e bebês no colo, podendo ser separados deles, quando há o caso de Acolhimento Institucional. Torcemos para que se criem mais Abrigos que abarquem famílias e rompam com as separações e fragmentações de vínculos. Como dito no início do trabalho, essas mulheres são majoritariamente pardas e pretas, o que representa ainda a herança do racismo estrutural na cidade. Veremos adiante o quão se torna importante pensarmos na associação de gênero, raça e classe, para compreender o itinerário das moradoras em situação de rua de Campos.

### **3 A QUESTÃO INTERSECCIONAL NAS RUAS**

A rua, como um ambiente diverso que se percebe, necessita ser problematizada e estudada, vista sob a ótica da interseccionalidade. As mulheres pretas, pobres e periféricas vivem em uma constante luta por subsistência, enfrentando as inegáveis opressões impostas pela sociedade, assim as mulheres que vivem na rua tendem a passar por todo esse processo de forma mais acentuada, onde classe, gênero e raça cumprem um papel interseccional na promoção das discriminações (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Segundo Silva (2009), é necessário elencar alguns aspectos para entender o fenômeno população em situação de rua e sua composição. É importante conceber tal dinâmica como uma expressão radical da questão social

na sociedade contemporânea, agudizada pelas mudanças no mundo do trabalho que aprofundam o desemprego e o trabalho precarizado, ampliando assim o exército industrial de reserva.

Um dos aspectos a ser analisado são as múltiplas determinações que se dão a partir das modificações na esfera do trabalho e por resultante, das relações sociais vivenciadas pelas particularidades de vivência de cada indivíduo. Outro aspecto diz respeito, dentre outros fatores, a desastres naturais, violência social e familiar, uso de substâncias psicoativas álcool e outras drogas ilícitas, que desenraiza pessoas e grupos sociais de seus espaços naturais, e muitos ficam à mercê da própria sorte, encontrando nas ruas o espaço possível de sobrevivência e convívio social. Outro aspecto aborda a densa localização desta população nos centros urbanos, por estes espaços apresentarem maiores possibilidades de satisfação das necessidades básicas como moradia, higiene, alimentação, e as particularidades vinculadas ao território em que o fenômeno se manifesta. Mesmo que a situação de rua seja um fenômeno mundial ele se difere nos hábitos, características socioeconômicas e geográficas de cada região.

A correlação com o preconceito e a estigmatização, a qual a população em situação de rua é alvo, não só da sociedade, mas também por parte do poder público, remete à naturalização do fenômeno, resultando na culpabilização do indivíduo pela sua condição. Tal repúdio também ocorre mediante a práticas higienistas de retirada forçada dessa população dos espaços públicos. Além disso, a naturalização é seguida pela isenção de responsabilidade do Estado em promover a ampliação aos direitos de cidadania e a redução da pobreza e da desigualdade social, por meio de políticas sociais universalizantes eficazes. Dessa forma, tal expressão radical da questão social é deslocada para a ordem do sujeito e deixa de ser vista e tratada como uma configuração inerente à forma de organização da sociedade capitalista.

Um importante ponto sobre a situação de rua é que, mesmo não sendo uma questão contemporânea, deve ser vista como um fenômeno sócio-histórico, pois apesar de se tratar de um fenômeno antigo, transforma-se e tende ao recrescimento com a consolidação e transformações do capitalismo.

O fenômeno população em situação de rua adquire novas nuances com o desenvolvimento e transformações do capitalismo, agravando-se na mesma

medida em que esse evolui. Devido a todas essas perspectivas e a consequente invisibilidade no meio social, vemos o gênero e a situação de rua como pautas essenciais a serem analisadas. A problemática da rua se percebe como um dos reveses sociais mais cruéis e opressivos, onde a estigmatização, a violência sexual, as doenças sexualmente transmissíveis, o abuso do uso de drogas, gravidez precoce e os processos de inferiorização estão presentes constantemente (GOFFMAN,1981; ROSA, BRÊTAS, 2015; BERNARDINO-COSTA, 2015).

O recorte racial como traço permanente da população em situação de rua no Brasil compõe a superpopulação relativa, excedente à assimilação pelo capitalismo e atravessada pela falta de oportunidades, imposta à condição subalterna, de subjugação, de falta ou precário acessos aos serviços públicos (TIENGO, 2016).

Dessa forma, a herança da escravidão estampa as consequências da questão social, como é o caso da população em situação de rua, as marcas do colonialismo continuam operantes na realidade brasileira, sobretudo, como forma de racionalidade, que tem no racismo e na ideia de raça seus principais pilares de sustentação (ALMEIDA, 2018) e nos processos coloniais suas formas de construção de subjetividades a eles inerentes (FANON, 2008).

O perfil das pessoas em situação de rua é composto, em grande medida, por homens negros e pardos, com baixos níveis de escolaridade (BRASIL, 2009). Apesar da predominância masculina nas ruas, o quantitativo de mulheres é considerável, aproximadamente 14% das pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico são mulheres e 70% são negras e pardas.

Assim sendo, o debate interseccional se faz necessário para revelar que a tendência é que não haja uma centralidade de categorias, e sim trabalhar com estas de maneira a olhar para as mesmas de forma singular e perceber a importância de cada uma no processo de opressão, garantindo que nenhuma se sobreponha ou diminua-se perante a outra (CRENSHAW, 2002).

A interseccionalidade é uma noção cunhada pela autora estadunidense Kimberlé Crenshaw, e diz respeito à necessidade de estudar as sobreposições entre raça e gênero e para compreender adequadamente certas formas de opressão. Tais análises, ao tratar de machismo e racismo, consideram que existe, de um lado, a “experiência da mulher”, e de outro, a “experiência negra”

(CRENSHAW, 1989, p. 140), dentro das quais seria necessário encaixar os variados sujeitos discriminados para compreender a discriminação de que sofrem. Desse modo, se uma pessoa é, ao mesmo tempo, mulher e negra, isso quer dizer que ela sofre opressão de gênero por se enquadrar na “experiência da mulher”, mas também sofre opressão racial por se enquadrar na “experiência negra”. Tratar-se-ia de uma espécie de “[...] soma de racismo e sexismo” (CRENSHAW, 1989, p. 140).

Para Crenshaw, tais análises são insuficientes e reducionistas, pois se colocam do ponto de vista dos sujeitos mais privilegiados dentro do próprio grupo oprimido. Nesse sentido, diz: “[...] em casos de discriminação racial, a discriminação tende a ser vista nos termos dos negros privilegiados no que toca o sexo ou a classe; em casos de discriminação por sexo, o foco é em mulheres privilegiadas no que toca a raça e a classe” (CRENSHAW, 1989, p. 140).

A expressão ‘interseccionalidade’ tem uma marca feminista e antirracista e aponta a questão dos “marcadores sociais da diferença”, esses formulam uma denominação nos quais gênero, raça e classe estão inseridos, e são comumente percebidos também na situação de rua e se veem postos como promotores de inúmeras desigualdades criando formas de opressão e atravessamentos sociais.

A autora Carla Akotirene, ao tratar da noção de interseccionalidade, sofre influência direta de Crenshaw, e reitera no sentido de que a interseccionalidade diz respeito à interposição entre raça e gênero e à insuficiência das teorias feministas e antirracistas que se colocam do ponto de vista dos indivíduos privilegiados no interior de cada um desses grupos, ou seja, da mulher branca e do homem negro, respectivamente. Assim o conceito aparece tendo por central a compreensão da especificidade da situação da mulher negra: “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2018, p. 19).

A perspectiva interseccional nos leva a afirmar que a realidade das ruas é completamente diferente para homens e mulheres: vítimas da invisibilidade social e com múltiplas determinações sociais vinculadas às suas trajetórias de vida, as mulheres em situação de rua apresentam a sociedade dos estigmas, da discriminação e do preconceito que se manifestam em um estado de injustiças e violências. Tais dimensões se expressam nos corpos das mulheres negras em situação de rua através de uma tripla discriminação.

Estou certa do neoliberalismo usufruir do conceito de interseccionalidade, em virtude de ele ter sido cunhado no campo do Direito e este campo ser manuseado pelo brancocentrismo, punitivismo e criminalização de pessoas negras. Então prefere o feminismo interseccional, querendo usar a seletividade racial do Direito, disposta a usar o uso do conceito, porém não do conteúdo, anterior do período em que o conceito foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989. A prerrogativa do Direito pode criminalizar homens negros, africanos, defender encarceramentos, sem dizer que estes institutos discordam das bases epistemológicas do feminismo negro. O despautério metodológico é tanto que usa até interseccionalidade no campo punitivo particular reportando ao pensamento feminista negro de Angela Davis, uma abolicionista penal (AKOTIRENE, 2019, p. 52).

A discriminação sofrida pelas mulheres em situação de rua pode ir além do conceito de gênero apenas, outros fatores que demarcam sua identidade social podem influir em como a discriminação acontece e com que intensidade. A situação de rua aliada ao gênero e raça traz consigo os mais variados fatores promotores de estigmas e preconceitos, os estereótipos que recaem sobre as pessoas que vivem na rua nos levam a pensar sobre a questão da discriminação e do preconceito que as cercam.

Como já mencionamos, a autora Crenshaw (2002) expõe essas visões como um tipo de discriminação interseccional, onde o gênero, raça e classe são usados para oprimir e impor características a determinadas pessoas, neste caso, as mulheres.

A interseccionalidade expõe essa invisibilidade buscando promover uma reflexão, o intuito é chamar a atenção para esse assunto.

Portanto, a atenção à subordinação interseccional exige uma estratégia que valorize a análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas. A partir daí, a análise pode crescer, dando conta das várias influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas (CRENSHAW, 2002, p. 182).

De acordo com Akotirene (2019, p. 48): “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas”. Nessa perspectiva, o conceito sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica (AKOTIRENE, 2019). Sendo assim, utilizar a interseccionalidade como prisma, é analisar de forma imbricada às opressões estruturais, já que são indissociáveis, tais dimensões se expressam nos corpos das mulheres em situação de rua, uma vez que os estereótipos

gerados pelo sexismo, pelo racismo e pela sua condição social as colocam na extremidade da subalternidade. As fronteiras demarcadas pelo racismo (GONZALEZ, 1982; WERNECK, 2011) atravessam essas mulheres, que trazem no corpo múltiplas expressões de uma sociedade marcada pela opressão, pelo patriarcado e pela desigualdade. Nesse sentido, a questão da rua e do gênero impõe um alto nível de complexidade e demanda o desenvolvimento de políticas públicas específicas, que comportem o particularismo necessário.

Vivemos em uma sociedade onde é notável as desigualdades sofridas por mulheres em relação aos homens desde o princípio da história; uma análise interseccional se faz tão indispensável, pois os fatores precisam ser estudados em conjunto para que se tenha uma visão que permita enxergar as mais diversas formas de opressão que permeiam as trajetórias de vida de mulheres em situação de rua.

A população em situação de rua, de modo geral, enfrenta diversos problemas, em relação à saúde, moradia, trabalho, segurança, tendo diariamente os seus direitos de igualdade e liberdade violados. Contudo, as adversidades sofridas pelas mulheres são ainda mais graves, ainda que componham menor número das pessoas em situação de rua, têm trajetórias, histórias e conflitos diferentes, adotando assim estratégias distintas dos homens para sobrevivência nas ruas, no que tange à questão de gênero, são perceptíveis as diferenças existentes na forma de como as mulheres e homens em situação de rua convivem com as mazelas de seu cotidiano.

Segundo Domingues Jr. (2003) com as mulheres a mudança para as ruas não necessariamente ocorre de forma abrupta. Na maioria das vezes, ocorre de forma gradativa após a ruptura com as instituições familiares e de trabalho, o fato motivador, costuma passar por traumas emocionais, seja por um abuso físico ou psicológico na infância ou no decorrer da vida, maus tratos por algum familiar ou pessoa próxima, exploração financeira, intimidação sexual ou uso álcool e outras drogas e por exposição ao crime. A vivência nas ruas submete as mulheres a trajetórias de marcas, perdas e dificuldades, sobretudo, de violências e violações de direitos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como exposto, a cidade de Campos/RJ é herdeira de muitas opressões e violações contra a classe trabalhadora, principalmente no âmbito feminino. Em seu passado, ficou inscrito a categorização dos sujeitos sociais de acordo com a estrutura de poder, de classe, de raça e de gênero. Apesar das transformações ocorridas em seu perfil econômico, assim como da região, a cidade não deixou de ser permeada por novas lideranças políticas, financeiras e rentistas, o que abriu margem para a expansão de investimentos públicos e privados, ampliando a malha urbana e, conseqüentemente, a segregação socioespacial, agravando ainda mais a disponibilidade de serviços públicos ofertados à população.

Com a expansão da malha urbana e dos investimentos, a região continua recebendo novos “hóspedes” (os atraídos indiretamente), que não conseguem ser absorvidos pela economia e acabam ficando em uma situação de “sobrantes” e integrando o exército de reserva, bem como, as fileiras dos equipamentos socioassistenciais do município. A população em situação de rua da cidade é reflexo de um contexto histórico alicerçado nos genocídios e expropriações, onde os direitos de cidadania sempre foram um horizonte a ser alcançado, especialmente nas lutas sociais. O pilar gênero, raça e classe, tampouco foi reconhecido na estrutura desigual da formação brasileira, o que evidencia ainda a segregação socioespacial como marca constituinte de nossas cidades, especialmente a de Campos em que se negou a inclusão de mulheres nas atividades mais bem remuneradas e do acesso à cidade.

Nesse contexto, as mulheres em situação de rua, sobretudo as mulheres pretas refletem as marcas de uma sociabilidade amplamente desigual, acompanhada por opressões seculares enraizadas no cerne da formação social brasileira. As expressões da questão social acirradas por racismo, sexismo e desigualdade moldam um cenário de exclusão, violência e invisibilidade das mulheres que se encontram na situação de rua. É necessário romper com os padrões e interpretações existentes sobre as discriminações que envolvem os diversos fatores de opressão. É de extrema importância uma análise que dê conta da ligação de várias formas de subordinação, fazendo com que se formule uma abordagem capaz de percorrer os mais diversos eixos da opressão, ocasionada não somente pelo gênero, raça ou pela pobreza como referente a classe, mas na interação e com participação efetiva de ambos os fatores.

Portanto, é fundamental analisar sobre as mulheres em situação de rua procurando articular gênero, raça e classe. Desse modo, a análise se constituirá mais crítica e compreenderá de forma mais ampla as multifaces da promoção de preconceitos e discriminações em relação a mulher em situação de rua. Assim, podemos entender que as opressões estruturais se interconectam em uma matriz de dominação que influencia todos os níveis das relações sociais, e perpassa pelos planos individuais e coletivos em estruturas visíveis e permeáveis.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVARENGA, F. R. de; SIQUEIRA, A. M. da M. **A segregação presente na cidade de Campos dos Goytacazes**: As margens opostas do Rio Paraíba do Sul. In: Seminário de Integração, UCAM, Campos dos Goytacazes, 2019.
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v.30, n.1, p.147-163, 2015.
- BRASIL. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. **Números do Censo da População em Situação de Rua 2020 - Censo 2020**. Rio de Janeiro, 2020.
- BRASIL. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. **População em Situação de Rua no Rio de Janeiro – 2º Censo 2022**. Rio de Janeiro: Data Rio, 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília/DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. 240p.
- CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CARVALHO, P. de S. **Nas franjas da cidade**: a luta por direitos sociais na periferia de Campos dos Goytacazes(RJ). Trabalho Final de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2019. 125 p.
- CARVALHO, P. de S. **“Moradores da Margem”**: processo de segregação, remoção e resistência popular na periferia urbana de Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, jan. 2023.
- CARVALHO, P. de S.; SILVA, L. R. de B. Trabalho e população em situação de rua: um debate em contínua necessidade. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.21, n.1, p. 697-711, jul. / dez. 2021.
- CARVALHO, P. de S.; AZEREDO, V. G. Demandas urbanas e características das famílias populares em Campos dos Goytacazes/RJ. **Serviço Social Em Revista**, Londrina, v. 25, n.1, p. 215–232, jan./jun. 2022.

<https://doi.org/10.5433/1679-4842.2022v25n1p215>

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. In: University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8, p. 139-167.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Anual, 2002.

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento**

e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – IPPUR/UFRJ, 2003, 340f.

CRUZ, J. L. V. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, p. 159-177, 1992.

DOMINGUES JR, P. L. **Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua**. São Paulo: Loyola, 2003.

FANON, F. **Pela negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, T. P. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o mundo “citadino”. **Agenda Social**, Revista do PPGPS/UENF, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 2, p. 40-64, maio/set. 2008, ISSN 1981-9862.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, F. **Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERRO, N. da. C. A.; OLIVEIRA, T. S. de. Colonização, cultura e língua em Campos dos Goytacazes: a questão africana na construção identitária do município. **ENTRELETRAS**, Araguaína/TO, v. 9, n. 3, p. 237-260, out./dez. 2018. ISSN 2179-3948 – online.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GONZALES, L. **Revista Estudos Feministas** [online], Florianópolis, v. 22, n. 3, pp. 965-986, 2014. DOI: 10.1590/S0104-026X2014000300015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2021. Epub 28 nov. 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LAMEGO, A. R. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1945. 297p.

LIMA, L. L. da G. **Rebeldia negra & abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

165 p.

OXFAM BRASIL. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. Documento Informativo, jan. 2020. 21 p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. BOITEMPO Editorial, s.a.

ROSA, A.S.; BRÊTAS, A.C.P. **Violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo**. Interface, Botucatu-SP, v.19, n.53, p. 275-85, 2015.

SILVA, M. L. L. da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil**. Dissertação (Serviço Social) -

Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2006. 220f.

SILVA, M. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

TIENGO, V. M. **População em situação de rua**: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8768>.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. 176 p.